



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CAM
Nº Único <u>626115</u>
Entrada/ n.º <u>95</u> Data <u>26 02 2019</u>

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Joaquim Barreto

Lisboa, 26 de fevereiro de 2019

*Inclui e agenda*  
*27/02/2019*

*Fu informado por*  
*maioridade*  
*06/03/2019*

Assunto: **Requerimento para Audição Urgente do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural acerca da implementação do Estatuto da Agricultura Familiar**

O PCP tem vindo ao longo do tempo e continua a defender que a agricultura familiar assume uma importância estratégica para a produção nacional, para a qualidade e para a soberania alimentar, para a ocupação harmoniosa do território, para a defesa do meio ambiente, da floresta e do mundo rural, para a coesão económica e social em vastas regiões.

Mesmo que como complemento de outras atividades principais, a agricultura familiar valoriza o trabalho produtivo e reprodutivo das explorações em bens e serviços, significando um importante complemento do rendimento de milhares de famílias.

Porém, o exercício da atividade agrícola para os pequenos e médios agricultores depara-se com um conjunto de problemas cuja dimensão reclama a adoção de respostas estruturais de defesa do mundo rural e da agricultura familiar, respostas essas que o Governo tarda em encontrar e concretizar.

A publicação do Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto que vem consagrar o Estatuto da Agricultura Familiar, embora tardio, vem ao encontro das reclamações de muitos agricultores. Contudo, a publicação do Estatuto da Agricultura Familiar, não reconhece nem aponta medidas específicas que valorizem a atividade da exploração e da dinamização do Mundo Rural, carecendo de Regulamentação e da atribuição dos meios para a sua concretização.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Porém, volvidos mais de seis meses sobre a publicação do diploma que consagra o Estatuto, a sua regulamentação e a dotação para a sua efetiva concretização continua por realizar.

E se com a publicação do Estatuto da Agricultura Familiar se esperava a respetiva discriminação positiva para esta atividade e o apoio aos pequenos e médios agricultores, o que se tem verificado é uma rota em sentido inverso, materializada em diversos aspetos tais como:

- as dificuldades acrescidas em termos de fiscalidade.
- a alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais relacionada com a majoração dos benefícios face aos encargos com despesas com operações de defesa da floresta contra incêndios, com a elaboração de planos de gestão florestal, com despesas de certificação florestal e de mitigação ou adaptação florestal às alterações climáticas a beneficiar no essencial os grandes proprietários.
- o novo concurso da Rede Rural a deixar de fora a Agricultura Familiar.

Para que o Estatuto da Agricultura Familiar se traduza no instrumento de desenvolvimento da Agricultura e do Mundo Rural de que o país necessita, é obrigatório para a sua implementação a concretização de medidas e a disponibilização das verbas necessárias para lhes dar resposta.

Com o enquadramento descrito e no quadro da necessidade de dar seguimento às justas expectativas que a publicação do Estatuto da Agricultura Familiar veio trazer aos pequenos e médios agricultores familiares, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a **Audição, Com Carácter de Urgência**, do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural sobre a implementação e concretização do Estatuto.

O Deputado,

João Dias